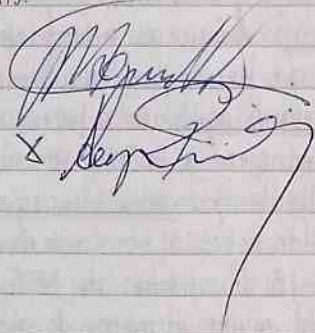
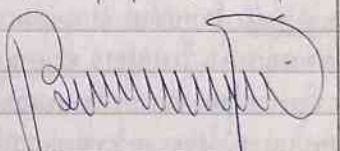


obras. Ainda sobre a Avenida América Central, disse que a crise econômica se agrava naquela região principalmente no área do Bairro Guarani, quase que completamente isolado pelas obras que o Estado realizara. Com relação ao Governo Municipal, solicitou a liderança no caso que solicitasse ao Executivo vizinho no encerrão das obras da Avenida Exo Laidoso do Fonseca no Jardim Esperança, podendo afirmar que era unânime a crítica em relação a morosidade das obras, principalmente dos comerciantes. Disse que o Município a exemplo apresentava uma grave crise econômica, como jamais visto em sua vida, e a continuar tal quadro Labo foi sua condição brevemente como a cidade do "passo o ponto", e assim encerramos a foto. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para encerrar, mandou que se lerasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Anônima, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



  
 Atto da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do Sumário Anual Legislativo do Câmara Municipal de Cabo São João, realizada no dia (04) quatro junho do ano de (1998) mil nozentos e noventa e oito.

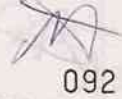
As dezto horas do dia (04) quatro do mês de junho do ano de (1998) mil nozentos e noventa e oito, sob a Presidência do Vereador Waldir Laurino de Aguiar Neto e com a cooperação do Sumário Secretário pelo Vereador Sr.º Sipechito Arcanjo Filho, reuniram-se Arroladamente a Câmara Municipal de Cabo São João. Após disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Guy Silva de Secher, Antônio Carlos de Carvalho Araújo, Eduardo Costa Neto sacando número regimental, o Senhor Presidente respondeu a presente Sessão por dez minutos, encerrados os trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Waldir Laurino de Aguiar Neto solicitou ao Senhor Sumário Secretário Vereador Sr.º Sipechito Arcanjo Filho a chamada regimental para a sessão

2  
ção de "porém". Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aury Silva da Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Sândade, Eduardo Conco Kila, Edson Silva da Paqueta, Antônio Antônio Guimarães Branger, Jânio dos Santos Mendes, Izacum Schmidt, General João da Silva Filho, Maria Auxiliadora Ramos Alcônica, Milton Roberto Pereira de Souza, Osmar Bampaio da Silva, Sílvia Rodrigues Bimb e Valcy Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou reaberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Vigésimo Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Período Sessalabre. Após o cumprimento dos preceitos regimentais, o Senhor Presidente Waldir Cavuço de Azevedo informou que estava presente o Senhor José Arnaldo Guimarães de Oliveira, em atendimento ao Ofício Sessalabre nº 093/98 de dez de maio do ano em curso, considerado para discutir sobre o funcionamento da Comissão Municipal de Emprego, criada pelo Poder Executivo. A seguir, voltou ao Vigador Antônio Antônio Guimarães Branger e a Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Alcônica que acompanharam o Senhor José Arnaldo Guimarães de Oliveira para que fizesse parte da Sessão em curso. Após a formalidade, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor José Arnaldo Guimarães de Oliveira e franqueou a palavra ao mesmo invocando sua participação. O Senhor José Arnaldo Guimarães de Oliveira apresentou suas considerações e reivindicações para falar sobre a Comissão Municipal de Emprego criada pelo Decreto 2.450 de 18 de setembro de 1999, instituído por quatro membros do setor patronal, quatro membros do setor laboral e quatro membros do Poder Executivo. Prossequindo, disse que a Comissão estava fazendo gestões junto a Secretaria de Habitação do Estado, o SUSE, para criação de um Balcão de Emprego em Cabo Frio, onde quer que a Comissão iria optar por outro título, na medida em que "Balcão de Emprego" foi usada como curso preparativa, no caso, um livro de Oportunidades, tratando também, de capacitar o trabalhador. A seguir o Senhor José Arnaldo Guimarães de Oliveira esclareceu sobre a atuação da Comissão com relação ao desempregado, após o mesmo dar entrada na CEP o seu registro-desemprego. Salto que seria traçado um amplo perfil do trabalhador, suas pretensões, buscando assim, a racionalização que o curso possa proporcionar o cidadão no mercado de trabalho do respectivo Município.

a Comissão tem uma equipe com seus funcionários, com computadores ligados em rede com o site no dia de Januário. Após traçar as linhas gerais do funcionamento da Comissão que herdaria, o Senhor José Renato Guimarães de Oliveira passou a responder as perguntas dos Senhores Vereadores, quanto a questão do desemprego no Município, e questões correlatas a Comissão Encerra de sua participação o Senhor José Renato agradeceu a oportunidade de estar presente em Sessão do Câmara, esperando ter atendido as expectativas do legislativo com suas edicações. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor José Renato Guimarães de Oliveira, observando que tal engenho havia sido bastante proveitoso para Cabo Frio. Logo após o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por cinco minutos. Reunidos os trabalhos e cumprido o rito regimental constatando haver "quorum", o Senhor Presidente declarou reaberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ofício E & P-36/ASCOM-E-215/98 - Petróleo do Sítio S.A. Petróleos, assunto: Jurete se ao pagamento dos Royalties do mês de março/98, Ofício/GAREZ-EM nº 008/98, assunto: Em resposta a Indicação nº 046/98 de autoria do Vereador Luiz Amédio Arcanjo Filho, Ofício Particular nº 226/98 - Câmara Municipal de Canindé - Ceará, assunto: Envio requerimento nº 162/98 da Câmara Municipal de Canindé que requer mobilização para realização de uma campanha, no sentido de arrecadar alimentos para os flagelados da seca do Município de Canindé - Ceará. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente passou a entru na aos Oradores inscritos. Como único Orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Waldir Cavaleiro de Aguiar Neto, agradecendo inicialmente a presença do Vereador Jorge Abreu do Município de Itaboraí, de P.S.L. A seguir disse que era muito grato a questão do abastecimento de água em Cabo Frio, muitas de distúrbios manifestações suas atentando sobre a questão. Disse estar instalada uma grossa enxada entre o concessionário do Sistema I e a CEARE de Cabo Frio, sobre a questão do fornecimento de água um fato raríssimo, na medida em que a CEARE não estava recebendo a ligação de água como estipulava o contrato para o sistema e no caso, a CEARE. Disse que não iria lavar as mãos como hábito por absoluta falta

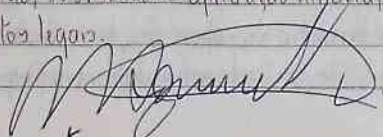
~~AA~~

de água, mas ou a Câmara tomava uma posição ou iria assumir sozinho tal situação em defesa dos interesses da comunidade. Disse que a fiscalização da Câmara já estava preparada para ingressar com ação judicial, mas que iria preparar Projeto de Resolução dispondo sobre autorização para ir à obra para tal finalidade. Disse que fazia questão de deixar registrada nos autos da Câmara sua preocupação pois de forma alguma seria acusado de omissão pela posteridade, e assim, chamava a responsabilidade todos os Vereadores em aparte, o Vereador Osmar Camparo da Silva disse não poder imaginar que por má fé tanto o Prefeito Alair Pereira como o ex-Prefeito José Romão pudessem ter assinado um documento sabendo de tais consequências danosas com a privatização da CESP. Disse que a Câmara deveria tomar uma posição desde que bem fundamentada, com conhecimento dos documentos da privatização, e os textos assinados pela Municipalidade. Observou que a Câmara não tinha o direito de se insurgir contra dois cidadãos, Alair Pereira e José Romão, pois tinham história no terra e jamais iam fazer sofrer a gente eubequense. Disse não admitir que a Câmara gastasse dinheiro público sem que se discutisse em todas as suas minúcias a questão da privatização e sua relação com o Município. Disse, enfatizando que de forma alguma poderia desconhecer a boa fé de Alair Pereira e José Romão, que a Câmara não tinha tal direito. Prosseguiu, disse o Vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto que o desinteresse dos Vereadores quanto a questão era muito grande, pois a documentação jurídica estava sobre seu mesa e disposição e apenas um Vereador demonstrara interesse, e mais, que não tomava tal postura por ser candidato a Deputado Federal, mas, que no primeiro instante de outras lutas, ali mesmo nos primórdios da emancipação de Bizos se colocara contra, embora se colocasse contra o Prefeito que a época era de seu partido. Disse que não abria mão do seu mandato, sem ir em defesa dos interesses da comunidade, e fazia sempre com dignidade em aparte o Vereador Rangel Jesuino da Silva Filho solicitar ao Odear que declarasse as falhas ocorridas no processo de privatização da CESP. Em resposta, disse o Vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto que a privatização afrontava o artigo 30 da Constituição Federal, já discutida, dis-



sendo sobre competência do Município em legislar sobre serviços públicos, e  
 também o Art. 18 da Lei Orgânica do Município dispõe também sobre  
 competência em legislar em consonância com o Executivo sobre serviços públi-  
 cos. Em aparte, o Vereador Fábio dos Santos Mendes disse que o Procurador  
 da Prefeitura tinha todo um acervo de documentos, oriundo do Governo Federal  
 Pontifício, sobre o questionário de privatização, lembrando também que o ex-  
 feito questionara o Governador Marcello Alencar, exigindo que constasse de  
 cláusula o projeto de esgotamento sanitário sempre cobrado, mas nunca  
 realizado pelo CEOP. Encorajando o Vereador Auldir Maurício de Oliveira  
 Neto, agradeceu aos apurados e encerrou sua fala. Não havendo mais li-  
 dades inscritas para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os tra-  
 balhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes  
 matérias: Aprovado parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Pú-  
 blicos e encaminhados para a Comissão de Redação final os seguintes  
 projetos: Projeto de Lei nº 008/98 e 009/98. Terminado a Ordem do Dia, o Se-  
 nhor Presidente franqueou a tribuna para o Expediente Pessoal. Deputou a tribuna  
 em explicação pessoal o Vereador Omar Campesato da Silva, obrigando que se a  
 Câmara fosse preterido em sua competência quanto a privatização do CEOP, a  
 instância era o Prefeito Municipal, e, tendo sabido que a Mesa Diretora da Câmara  
 fora determinado pelo Senhor Prefeito, com exceção do Vereador Ruy Bene-  
 dito Arcanjo Filho. Disse não acreditar que a Mesa pudesse praticar um ato de  
 hostilidade para com o Senhor Prefeito, e na condição de Vereador de oposi-  
 ção, aconselhara que fosse convocado o Executivo para que os esclarecimen-  
 tos fossem devidamente colocados. Enfatizou não acreditar na integridade de  
 quem que há pouco sido acusado a direção do Legislativo graças ao Senhor Pre-  
 feto. Com relação ao ex- Prefeito José Benício, seu amigo, disse que se houve  
 assinado o que não podia também estar errado, da mesma forma o atual  
 Prefeito, e assim encerrou sua fala. A seguir, deputou a tribuna o Vereador  
 Rangel Roberto da Silva Filho, falando inicialmente ser latente que a Câmara  
 em seu conjunto, ali mesmo em Vereadores de primeiro mandato, buscava  
 sempre apimentar o debate, jamais se omitindo. Analisou a seguir, os pre-  
 nunciamentos sobre o CEOP, aludindo-se ao Vereador da oposição, partindo de  
 que o atual Edil se apigava a máxima de "se estames" kds naufragades

salvamo-nos todos", ou seja, se o meu prefeito errou e se o prefeito de vocês errou também, vamos tentar o erro do paciente e desprendido da contemporaneidade. Disse que a questão da privatização como matéria complexa, polêmica, ali por ser um instrumento novo na discussão das coisas públicas, e, ainda, considerava os equívocos como consequência natural. Do ponto de vista da constitucionalidade disse que o assunto exigia a atenção de todos, indagando se era possível o estabelecimento de normas para a realidade da privatização da Ceasa, mas confessava que não dominava o assunto, referindo-se a sua complexidade e que o levava a prudência em suas colocações, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o Vereador Jáimo dos Santos Mendes, iniciando sua fala através de comentários em que falava o comportamento dos músicos em uma orquestra e a importância do maestro. Prosseguindo, disse que acabara de ouvir alguns músicos, e o mesmo que o entendeu na tentativa de defender o indispensável acabou por ser verter um desajustado. Falou também da responsabilidade do ex-prefeito José Romão, artilheiro que gostaria de ser espiado pelo atual prefeito. Com relação ao aeroporto que seria construído com verbas do Governo Federal, e que era de grande valia para o Município, disse que os obras seriam realizadas em terreno da Frola Oceânica, terras compradas pelo Município a três reais o metro quadrado, mas que no mesmo quadro usurpando o poder da Câmara o Prefeito concedera uma isenção de quinze anos ao Grupo Oceânico, sem autorização legislativa, caracterizando infração ilícita Administrativa, flagrantemente em nome de responsabilidade, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o Vereador Barão Aquiladoro Gomes Ribeiro, comentando que pessoalmente a Banda do Vereador Jáimo dos Santos Mendes não passava em curto circuito e não haveria algo para apagar o fogo no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mando que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada, fosse arquivada, sendo assinada para que produzisse os efeitos legais.

  
x

